

18 SET 2012

GAZETA DO POVO

» JUDICIÁRIO

TJ anula investigação sobre “venda” de cargos no porto

Justiça entendeu que não havia provas contra Alceu Maron Filho, primo do ex-chefe da administração portuária de Paranaguá

O Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) decidiu anular a investigação do Ministério Público Estadual (MP) sobre a suposta “venda” de cargos comissionados no Porto de Paranaguá em troca de apoio político para a eleição deste ano e para supostamente financiar campanhas eleitorais. O TJ ainda decidiu trancar, por falta de provas, a ação penal que tramitava na 1.ª Vara Criminal de Paranaguá contra Alceu Maron Filho, que hoje é candidato do PSDB à prefeitura da cidade.

Maron Filho, embora não trabalhasse no porto, era acusado pelo MP de participar do suposto esquema negociando os cargos. O tucano é primo de Airton Maron, que comandou o porto até março deste ano, quando foi exonerado pelo governador Beto Richa (PSDB) e substituído por Luiz Dividino poucos dias antes de a investigação do MP ter vindo a público.

A decisão do TJ é do último dia 6, mas a Gazeta do Povo só agora teve acesso ao acórdão do TJ. O tribunal considerou ainda que o MP extrapolou suas funções ao presidir o inquérito e impedir investigações da Polícia Civil. Ao analisar a ação, o TJ fez críticas à atuação do MP, sugerindo que propôs a ação com base em informações de “ouvir dizer”, baseando-se apenas em declarações de pessoas “que tinham interesse em denegrir o grupo político” do qual Maron Filho faz parte, sem apresentar provas efetivas.

Na sua decisão, o desembargador Roberto de Vicente entendeu que o suposto tráfico de influência no porto “nada mais é do que os acordos políticos que envolvem a gestão dos órgãos públicos por políticos que emprestaram seus apoios a uma candidatura a cargo eletivo”. “Os acordos políticos são da essência do regime democrático e não há como se confundir a arregimentação de adeptos a um partido político, ou a reunião de várias facções políticas em torno da candidatura de uma pessoa, com a formação de organização criminosa em quadrilha”, diz o magistrado em sua decisão.

O desembargador entendeu que o MP baseou sua denúncia em acusações anônimas ou de pessoas vinculadas

aos adversários políticos do tucano. Vicente desclassificou as denúncias de Nazareth Abel de Lima e do ex-presidente do diretório do PR de Paranaguá Fabiano Ribeiro de Oliveira, o “Jamanta”. Os dois eram as principais testemunhas contra Maron Filho. Segundo o desembargador, ambos estavam ligados aos opositores do tucano. Vicente exemplificou dizendo que Nazareth atua como chefe de gabinete do atual prefeito, José Baka Filho (PDT), apontado pelo desembargador como “adversário político dos acusados”.

A decisão do TJ também beneficiou outros denunciados pelo MP no mesmo caso. São eles: Ademar João Neves, ex-funcionário do porto; Anderson Wanderci Pinto e Wanderli Cunha do Rosário (ambos membros do diretório do PSDB na cidade); Arnaldo Maranhão (presidente municipal do PSB); e Ênio Campos Silva (presidente do PSL em Paranaguá).

CONTINUA

18 SET 2012

GAZETA DO POVO

REAÇÃO

MP não definiu se vai recorrer, mas a tendência é que entre com recurso

CONTINUAÇÃO

A investigação

O esquema começou a ser investigado pelo MP em março, após o comerciante Antônio César Teixeira denunciar o pagamento de R\$ 22 mil ao presidente do PSL, Ênio Campos Silva, para ser indicado a um cargo no porto. O MP alega ter obtido provas com a quebra do sigilo bancário de Silva.

A ex-servidora do porto Nazareth Abel de Lima e o ex-presidente do PR na cidade Fabiano "Jamanta" Ribeiro Filho contaram que receberam propostas para usar o cargo no porto em favor das articulações políticas de Maron Filho. Em abril, a Polícia Civil abriu inquérito para apurar o caso. O MP solicitou que a polícia estadual se afastasse das investigações e pediu ajuda da Polícia Federal.

A Coordenadoria de Recursos Criminais do Ministério Público Estadual (MP) está aguardando ser oficialmente comunicada sobre a decisão do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ) para definir as providências que vai adotar em relação à anulação da investigação sobre a suposta "venda" de cargos no Porto de Paranaguá. Membros do MP ouvidos pela **Gazeta do Povo** disseram, no entanto, que o órgão deve protocolar recurso especial contra a decisão do TJ.

A decisão do desembargador Roberto de Vicente, com críticas à atuação do Ministério Público, teria ainda provocado mal-estar entre os dois órgãos. Promotores ouvidos pela reportagem disseram ainda entender que a nulidade das investigações decretada pelo Tribunal de Justiça foi equivocada. Segundo eles, o MP não presidiu um inquérito policial, como alegado no relatório, e sim um procedimento investigatório criminal (PIC), conduta normatizada no órgão.

Na análise dos promotores, o acórdão do TJ não faz menção às provas apresentadas no processo. De acordo com membros do MP, foram anexados aos autos cópias de gravações telefônicas, comprovantes bancários e mensagens SMS que indicariam a materialidade das denúncias sobre a suposta "venda" de cargos comissionados na Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (Appa).

CANDIDATO

Na propaganda eleitoral, Alceu Maron Filho critica o MP e a imprensa

Acusado pelo MP, o candidato do PSDB à prefeitura de Paranaguá, Alceu Maron Filho, não quis comentar à **Gazeta do Povo** a decisão do TJ que anulou as investigações e que determinou o trancamento da ação penal contra ele. A reportagem tentou ouvi-lo, mas não obteve retorno. No seu programa eleitoral exibido em Paranaguá, porém, o candidato tucano disse que foi vítima de uma "armação do comitê do mal" com objetivo de prejudicá-lo politicamente. Ele disse que foi "perseguido politicamente" pelos promotores de Paranaguá. E criticou os órgãos de imprensa que noticiaram a investigação.

18 SET 2012

GAZETA DO POVO

» SEGURANÇA PÚBLICA

Cumprir a meta de homicídios é o desafio do novo secretário

Governo não confirma, mas alto número de assassinatos teria provocado a mudança no comando da Sesp. Cid Vasques promete mais celeridade

Fernanda Trisotto

Depois da oficialização da troca de comando na Secretaria de Segurança Pública do Paraná (Sesp), ocorrida na manhã de ontem no Palácio das Araucárias, a palavra de ordem da nova gestão é celeridade. “O governador quer resultados para ontem e essa é a nossa proposta”, resumiou o novo secretário, Cid Vasques, em entrevista após a cerimônia de posse. Ele disse que a segurança pública é uma questão muito complexa, que não envolve apenas a polícia, mas sim uma perspectiva multidisciplinar de inserção social.

As Unidades Paraná Seguro (UPS) continuarão sendo o carro-chefe da pasta, cuja missão é reduzir a curto prazo os índices de crimi-

nalidade. O número de casos de homicídios dolosos (com intenção de matar), por exemplo, tem metas específicas para serem cumpridas: para este ano, são 2.825 casos, sendo 235,38 ocorrências por mês. Das 23 áreas integradas de segurança pública do estado, apenas oito cumpriram a meta mensal e entre as que não conseguiram reduzir os números, nove superaram em 15% o limite preestabelecido.

Entre janeiro e agosto de 2012, foram registrados 2.057 homicídios dolosos, contra 2.038 no mesmo período de 2011, o que faz o estado superar em 9,24% a meta estabelecida para o ano. Considerando apenas o mês de agosto, também houve um aumento no número de mortes: 261 contra 258 no ano passado. Segundo Vasques, a secretaria tem 19 projetos em andamento e alguns avanços já foram notados, mas, para acelerar os resultados na área, serão priorizadas as ações que já estão em fase de implantação final, como as compras de viaturas e módulos móveis e a presença policial nas ruas.

Ainda de acordo com o novo secretário, o comando da Polícia Militar e a direção-geral da Polícia Civil permanecem sem alterações, por enquanto. O desempe-

no dos comandantes de cada instituição será avaliado e uma troca não está descartada. Vasques também aposta em realizar um trabalho conjunto com outros segmentos de atuação estatal, como o Ministério Público, do qual é procurador de Justiça.

Paz de espírito

O ex-secretário Reinaldo de Almeida César agora é responsável pela secretaria especial de Corregedoria e Ouvidoria Geral, pasta que era tocada por Vasques. César disse que sai da Sesp com consciência do dever cumprido e paz de espírito.

CONTINUA

18 SET 2012

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

“Saio com um sentimento de muita realização, de muita certeza do que foi possível fazer nesse setor com tanta demanda. De outro lado, é um sentimento quase que de alívio, porque o ofício na Secretaria de Segurança Pública exige uma dedicação que, facilmente perceptível, me fez envelhecer e perder um pouco de saúde”, diz.

César fez um discurso de pouco mais de uma hora, em que afirmou que o Paraná vive um binômio perigoso: é um estado rico com segurança pública fraca. Ele recapitulou que, ao assumir a pasta, o estado tinha altos índices de violência, superiores a dos outros estados da Região Sul, e uma estrutura sucateada. Para ele, os avanços que começaram a ser obtidos em sua gestão — como reaparelhamento das polícias e a tendência de redução na criminalidade — serão sentidos ao fim deste governo, em 2014.

OCUPAÇÃO

Vila Sandra recebe a 8.ª Unidade Paraná Seguro de Curitiba

Angélica Favretto, especial para a Gazeta do Povo

A comunidade da Vila Sandra, na Cidade Industrial de Curitiba (CIC), foi ocupada ontem pela Polícia Militar e a Guarda Municipal para a instalação da 8ª Unidade Paraná Seguro (UPS) da capital — a 5ª na região da CIC (veja infográfico). As demais ficam no Uberaba, Parolin e Osternack, no Sítio Cercado.

A chegada dos policiais ao amanhecer causou espanto e assustou alguns moradores e comerciantes. Para eles, a situação da segurança na Vila Sandra já foi muito pior no início do ano. Em nove meses, a comunidade contabilizou três homicídios.

Apesar do susto, a rotina se manteve com pais buscando filhos na saída da escola e um fluxo intenso de carros na Rua João Dembinski, a principal da região. Morador da vila há pelo menos 20 anos, Edinael de Almeida, de 27 anos, diz que ver a polícia no bairro aumen-

ta a sensação de segurança. “De imediato dá resultado porque eles chegam de surpresa e pegam quem precisa, mas não conseguem limpar 100%”, diz, fazendo referência ao tráfico de drogas.

Pedro Bodê, coordenador do Centro de Estudos em Segurança Pública e Direitos Humanos da Universidade Federal do Paraná (UFPR), explica que a proximidade das unidades, dentro do mesmo bairro, pode ser eficaz para a CIC, mas talvez não para toda a cidade. “Em um bairro com essas taxas de criminalidade, a ação pode ser boa no momento, porque são unidades próximas. Só que o crime corre para outros cantos da cidade que ficam sem proteção”, analisa.

Balanço

No primeiro dia de operação, a PM apreendeu dois adolescentes (de 13 e 15 anos), 227 gramas de cocaína, 106 gramas de crack, 33 gramas de maconha, quatro munições de calibre 38, uma munição de calibre 22, cinco rádios comunicadores, uma balança de precisão e R\$ 238 em dinheiro trocado.

DESPEDIDA

Ex-mandatário diz que deixa o cargo sem brigas ou desentendimentos

Reinaldo de Almeida César, que deixou o cargo de secretário em uma das pastas estratégicas do governo Beto Richa, ressaltou que não deixou o cargo em função de brigas ou desentendimentos. Em vários momentos, exaltou a gestão do governador. Ao ser questionado sobre

problemas de relacionamentos com a secretária de Justiça, Maria Tereza Uille Gomes, Almeida César mais uma vez negou. “Se houvesse qualquer divergência ou dificuldade, eu não ficaria na equipe do governo”, afirma. Cid Vasques, o novo titular da pasta, também ressaltou que não foi escolhido para o cargo por critério de amizade ou proximidade com o governador.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

18 SET 2012

TUDO DOMINADO

Com a ocupação policial na Vila Sandra, o governo acredita ter formado um cinturão de segurança na Cidade Industrial de Curitiba. Veja onde ficam as outras UPSs do bairro:

Caiuá

População: 8,6 mil

Área: 453 mil m²

Histórico: formou-se a partir de uma leva de conjuntos da Cohab entre 1987 e 1994, do qual fazem parte Augusta e Itatiaia.

Vila Sandra

População: 6,5 mil (Censo 2010)

Área: 400 mil m²

Histórico: a ocupação começou em 1992. Está localizada entre as ruas Luiz Tramontin e José Dembinski. Atualmente, está dividida em 734 lotes, segundo a Companhia de Habitação (Cohab).

Sabará

População: 12,2 mil

Área: 575 mil m²

Histórico: o loteamento começou por volta de 1985, com a ocupação de famílias nas Vilas Conquista e Marisa. Hoje, é subdividido em sete vilas – Esperança, Nova Conquista, Sabará, Marisa, Cruzeiro do Sul, Eldorado e Morro do Juramento.

Nossa Senhora da Luz

População: 10 mil

Área: 800 mil m²

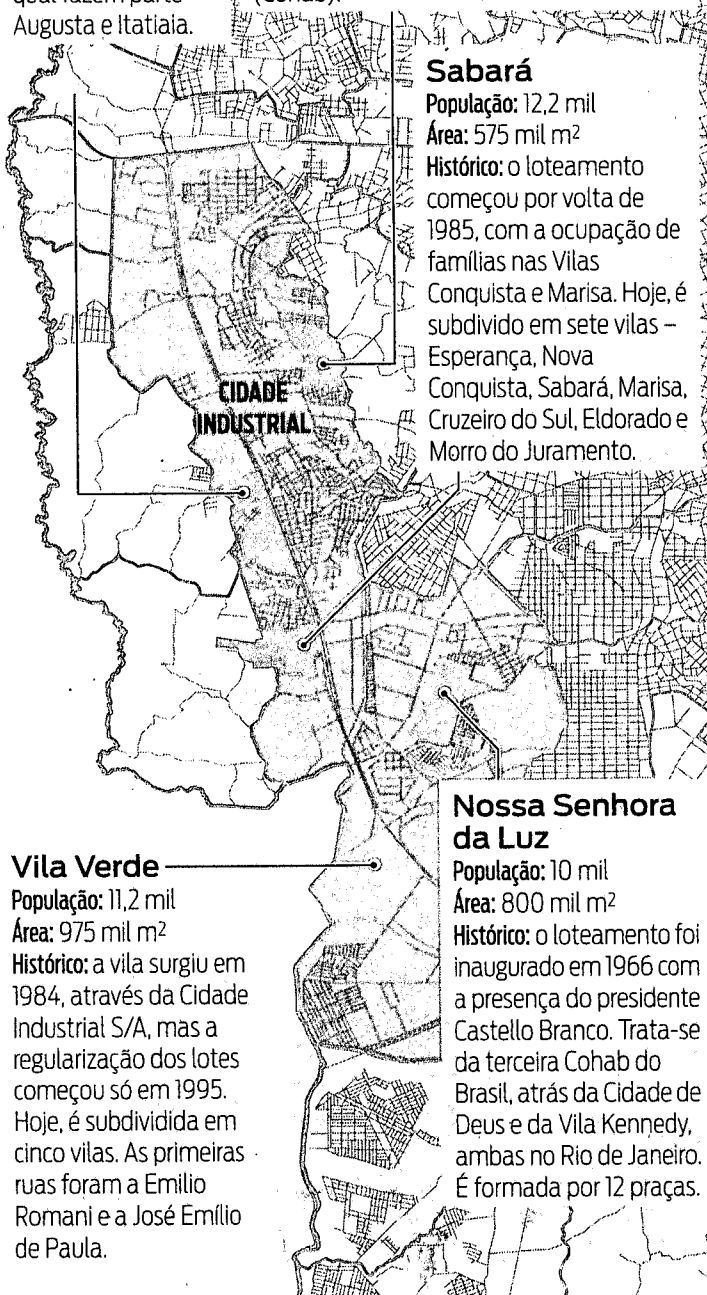
Histórico: o loteamento foi inaugurado em 1966 com a presença do presidente Castello Branco. Trata-se da terceira Cohab do Brasil, atrás da Cidade de Deus e da Vila Kennedy, ambas no Rio de Janeiro. É formada por 12 praças.

Vila Verde

População: 11,2 mil

Área: 975 mil m²

Histórico: a vila surgiu em 1984, através da Cidade Industrial S/A, mas a regularização dos lotes começou só em 1995. Hoje, é subdividida em cinco vilas. As primeiras ruas foram a Emílio Romani e a José Emílio de Paula.



DELEGACIAS

Governo promete abrir 2 mil vagas para presos condenados

O primeiro compromisso de Cid Vasques na Secretaria de Segurança Pública foi participar de uma reunião intersecretarial que tratou da transferência de presos condenados em delegacias. Segundo ele, o governo do estado vai abrir cerca de 2 mil vagas no sistema penitenciário até o fim deste ano. O secretário também afirmou que serão abertas 500 vagas na Penitenciária Estadual de Cruzeiro do Oeste, no Noroeste do estado, nos próximos dias, e que outras 230 vagas serão criadas na Colônia Penal de Maringá, também no Noroeste. Além dessas vagas, outras 800 serão disponibilizadas com a implantação de camas adicionais nas penitenciárias de todo Paraná.

Segundo dados do Sistema de Informação de Penitenciárias (Infopen), as carceragens de delegacias abrigam cerca de 12 mil detentos atualmente. "O esforço que faremos é para chegar ao final do ano com menos de 10 mil presos em delegacias", afirmou. Vasques explicou que a transferência dos presos das delegacias de polícia para o sistema prisional é "uma prioridade do governador".

GAZETA DO POVO

CELSONASCIMENTO

18 SET 2012

O caxangá da rapidez

Completou-se ontem o caxangá promovido pelo governador Beto Richa: o ex-ouvidor-geral Cid Vasques assumiu a secretaria de Segurança Pública e o ex-secretário de Segurança Pública Almeida Cesar assumiu a Ouvidoria Geral. Embora o troca-troca lembre a cantiga infantil “Escravos de Jó”, cujos versos se referem a um jogo de “tira, bota e deixa ficar” entre guerreiros que fazem “zigue zigue za”, a mudança talvez vá além da explicação que foi dada.

Segundo a versão palaciana, a inversão dos fatores foi para alterar o produto: o governador estaria insatisfeito com a “lentidão” das medidas de combate à criminalidade na área da Segurança. Mas há também quem interprete a troca como resultado de um embate surdo entre Almeida Cesar e a secretária da Justiça, Maria Tereza Uille — responsável pelo sistema carcerário — aborrecida com a falta de apoio da secretaria de Segurança principalmente quanto à guarda das penitenciárias e escolta de presos.

A troca de secretários, porém, deverá ser analisada também sob o prisma do motivo alegado para que o antecessor de Vasques tenha perdido o cargo — isto é, sua suposta lentidão na tomada de providências para reduzir os índices de criminalidade. Nada, porém, vai mudar na política de segurança pública do estado — o que significa que do novo secretário só se espera mesmo é mais agilidade. Coragem não lhe falta.

Contra a aposentadoria

Colega e amigo de Maria Tereza Uille, o promotor Cid Vasques, duas vezes prestigiado por Beto Richa — primeiro, com a nomeação para Ouvidor no início da gestão e, agora, pela promoção a secretário da Segurança — notabilizou-se em 2010 por sua luta contra a aposentadoria de ex-governadores.

Entretanto, Richa e Vasques não pensam igual sobre um assunto polêmico: aposentadoria de ex-governadores.

Há dois anos, Vasques chegou a entrar em choque com seu chefe, o então procurador-geral de Justiça Olympio de Sá Sotto Maior Neto, exigindo dele providências mais rápidas do Ministério Público no sentido de buscar a declaração de inconstitucionalidade do artigo 85 da Constituição Estadual que prevê a benesse da aposentadoria vitalícia de ex-governadores, quer tenham exercido seus mandatos antes ou depois da promulgação da Constituição Federal de 1988. A derrubada deste artigo acabaria também com sua consequência: a pensão para viúvas de governadores.

Beto Richa concorda com Vasques apenas parcialmente. Governadores anteriores a 1988 mantiveram o direito adquirido à aposentadoria, assim como suas viúvas, à pensão, diz o parecer que o governador encomendou à Procuradoria Geral do Estado no ano passado e por ele acatado.

O promotor Cid Vasques, duas vezes prestigiado por Beto Richa, notabilizou-se em 2010 por sua luta contra a aposentadoria de ex-governadores. Entretanto, Richa e Vasques não pensam igual sobre um assunto polêmico.

18 SET 2012

GAZETA DO POVO

Joaquim Barbosa diz não haver dúvida sobre compra de apoio no Congresso

Ministro do STF iniciou ontem a etapa do julgamento do núcleo político do mensalão indicando que irá condenar parlamentares, ex-deputados e assessores envolvidos no caso

Após oito semanas de julgamento, o relator do processo do mensalão no Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Joaquim Barbosa, afirmou ontem que as provas apresentadas até agora mostram que não há “qualquer dúvida” sobre a existência do esquema de compra de apoio parlamentar durante o primeiro mandato do ex-presidente Lula. A declaração abre caminho para a fase crucial do processo e a condenação dos réus do “núcleo político” do mensalão.

Embora não tenha oficialmente proferido sua sentença para os primeiros réus do núcleo político, Barbosa ontem encaminhou seu voto favoravelmente à condenação do deputado federal Pedro Henry (PP-MT), do ex-presidente do PP Pedro Corrêa e do ex-assessor do partido João Cláudio Genu. Eles são acusados pe-

los crimes de corrupção passiva, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha.

Na leitura de seu relatório, o ministro ainda indicou que deve condenar os donos da corretora Bônus Banval, Enivaldo Quadrado e Breno Fischberg, pelos crimes de lavagem de dinheiro e formação de quadrilha.

Nesta etapa do julgamento, estão sendo analisadas denúncias de corrupção, formação de quadrilha e lavagem de dinheiro contra filiados e assessores do PP, PR (antigo PL), PTB e PMDB. Depois, será a vez das acusações contra a cúpula do PT na época e o ex-ministro da Casa Civil José Dirceu serem julgadas.

Tese do caixa 2

“Não vislumbro qualquer deficiência probatória [da acusação]”, disse Barbosa durante a sessão de ontem. A afirmação desmonta a tese de caixa dois de campanha, sustentada pela maioria dos advogados dos réus do núcleo político. A pena para esse crime já está prescrita.

O ministro citou as primeiras denúncias sobre o mensalão feitas pelo ex-deputado federal e presidente do PTB, Roberto Jefferson, em 2005. “Apesar das defesas afirmarem que o mensalão foi invenção de Jefferson, percebemos que as acusações feitas pelo ex-parlamentar estão distantes da mera vitória política.”

Ao fundamentar as prováveis condenações de parlamentares que teriam sido cooptados para apoiar o governo, Barbosa demonstrou que também deve considerar culpados os acusados petistas que teriam se beneficiado do esquema operado pelo publicitário Marcos Valério. “O pagamento em dinheiro foi admitido por Marcos Valério, Delúbio Soares [na época, tesoureiro do PT] e pelos próprios parlamentares.”

Saída da oposição

O relator começou a argumentação pela compra de apoio do PP. Ele ressaltou que o partido fazia parte da oposição no começo do governo Lula e só mudou de posição no Congresso Nacional em meados de 2003, por influência do deputado federal Pedro Henry (PP-MT), um dos 37 réus no processo.

“Os dois partidos [PT e PP] eram antípodas, opositores, sempre foram”, afirmou. Barbosa completou que as legendas também quase não fizeram alianças eleitorais nas eleições municipais de 2004, o que poderia justificar o repasse de recursos feitos na época. Segundo o ministro, o PP teria recebido R\$ 8 milhões do “vale-rioduto” — outros R\$ 4 milhões foram para o PTB, R\$ 10 milhões a 12 milhões para o PL (atual PR) e R\$ 2 milhões para o PMDB.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

18 SET 2012

Barbosa cruzou as informações sobre o posicionamento dos quatro partidos em votações importantes para o governo, como as das reformas da previdência e tributária, em setembro de 2003, com os repasses desses recursos. "Foram os principais itens de interesse que teriam sofrido influência desses pagamentos. De fato, receberam o fundamental apoio dos parlamentares comprados pelo PT", declarou.

Ontem, Barbosa indicou que deve demorar até quinta-feira para concluir a atual etapa do voto. Com isso, a análise dos demais nove ministros só deve acabar na próxima semana.

ENVOLVIDOS

Dois paranaenses mortos estão no foco do voto do relator

Dois ex-deputados federais paranaenses que morreram antes do início do julgamento do mensalão estiveram no foco do trecho de ontem do voto do ministro Joaquim Barbosa. Segundo ele, José Carlos Martinez recebeu diretamente R\$ 400 mil em setembro de 2003 para levar o PTB, partido que presidia na época, a apoiar o governo Lula. Já José Janene, que era tesoureiro do PP, teria recebido R\$ 700 mil junto com outros dois deputados da legenda, Pedro Henry e Pedro Corrêa.

Martinez morreu menos de um mês depois dos repasses em um acidente de avião no Litoral do Paraná. Em 1990, filiado ao PRN do ex-presidente Fernando Collor, disputou o governo do Paraná e perdeu no segundo turno para Roberto Requião (PMDB).

Janene foi vítima de problemas cardíacos, em fevereiro de 2010. Em 2006, enfrentou processo de cassação na Câmara pela participação no mensalão, mas acabou absolvido.

O atual capítulo do processo em análise pelos ministros também trata de outros dois paranaenses. Líder do PMDB na Câmara dos Deputados na época do mensalão, José Borba teria recebido pessoalmente R\$ 200 mil em dinheiro vivo do publicitário Marcos Valério, em troca do apoio do partido. Ele nega o recebimento de qualquer recurso. Mas ontem Barbosa falou que há provas contra Borba. Atualmente, o paranaense está filiado ao PP e é prefeito de Jandaia do Sul, no Norte do Paraná.

Outro paranaense no caso é Emerson Palmieri, primeiro-secretário do PTB à época. Ele teria recebido R\$ 4 milhões, junto com o ex-deputado petebista Roberto Jefferson, de Marcos Valério. Palmieri mora em Curitiba.

O ex-diretor de marketing do Banco do Brasil, Henrique Pizzolato, também paranaense, foi condenado no mês passado pelos crimes de corrupção passiva e peculato. Pizzolato foi filiado ao PT de Toledo e concorreu a governador do Paraná, em 1990, e a vice-governador, em 1994. Atualmente, mora no Rio de Janeiro e não exerce atividades políticas.

"As acusações feitas pelo ex-parlamentar [Roberto Jefferson] estão distantes da mera vingança política."

Joaquim Barbosa, ministro-relator do mensalão.

18 SET 2012

GAZETA DO POVO

MP acusa Barbosa de superfaturar kits escolares

Promotores apontam o ex-prefeito como chefe do esquema que teria causado um prejuízo de R\$ 3,7 mi ao município. Grupo, que inclui o atual prefeito e ex-secretários, teria recebido R\$ 540 mil em propina



Barbosa atribui acusações a interesses eleitorais.



Ribeiro: advogado não quis comentar o caso.

LONDRINA

Fábio Silveira, do
Jornal de Londrina

O Ministério Público (MP) acusa o ex-prefeito de Londrina Barbosa Neto (PDT) de ser o líder de uma quadrilha que superfaturou em 50,25% o valor dos kits escolares comprados pela prefeitura do município, entre 2010 e 2011. O cálculo foi feito pela auditoria do MP e embasou a denúncia contra o ex-prefeito, o atual, José Joaquim Ribeiro (sem partido), que está licenciado para tratamento de saúde, e mais 17 pessoas. Segundo o MP, o contrato de R\$ 7,5 milhões teria sido superfaturado em R\$ 3,7 milhões.

Na denúncia, os promotores afirmam que os empresários pagaram R\$ 540 mil em propina. Desse total, a ex-secretária de Educação, Karin Sabec, teria recebido

R\$ 10 mil, Ribeiro pegou R\$ 150 mil e os R\$ 380 mil restantes teriam sido divididos entre Barbosa Neto e outros agentes públicos que foram denunciados.

A ação foi encaminhada pelo MP ao Tribunal de Justiça e tem como relator o desembargador José Maurício Pinto de Almeida, da 2.ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça. A ação foi proposta junto ao TJ porque Ribeiro, na condição de prefeito, tem direito a foro privilegiado.

Dois quadrilhas

Para o MP, duas quadrilhas atuaram simultaneamente no caso da compra dos kits escolares: uma formada por empresários e pessoas ligadas às empresas e a outra por agentes públicos, com Barbosa Neto à frente e envolvendo seis dos seus ex-secretários, além do então vice-prefeito. Além dos

depoimentos, o MP sustenta a denúncia em documentos da contabilidade das empresas. Segundo o promotor Cláudio Esteves, "a lavagem do dinheiro" do esquema era feita por meio de transferências bancárias entre as contas das empresas envolvidas.

Outro lado

O advogado Paulo Nolasco, que defende Ribeiro, declarou ontem que não poderia se manifestar sobre o teor da denúncia porque ainda não teve acesso ao documento. Em entrevista a RPCTV ontem, Barbosa Neto voltou a se defender das denúncias e relacionou o caso à eleição municipal. "Às vésperas da eleição, os nossos adversários fazerem uma denúncia dessa é no mínimo estranho", disse Barbosa, que afirmou confiar que a Justiça vai declarar a sua inocência.

GAZETA DO POVO

» FÓZ DO IGUAÇU

MP pede o afastamento de secretário

18 SET 2012

■ O promotor Marcos Cristiano Andrade, do Ministério Público do Paraná (MP-PR), enviou ontem à prefeitura de Foz do Iguaçu, no Oeste do estado, comunicado exigindo o imediato afastamento do atual secretário municipal de Desenvolvimento Sócio Econômico, Adevilson de Oliveira Gonçalves. Ele foi condenado em março por irregularidades na compra de medicamentos entre 1998 e 2000. Na época, exercia o cargo de secretário de Administração. Gonçalves chegou a recorrer da decisão, mas teve o recurso negado pelo Tribunal de Justiça.

Segundo a ação civil pública movida pelo MP, enquanto esteve no cargo, o secretário autorizou os pagamentos a pedido da Secretaria de Saúde. As compras foram realizadas sem a abertura de licitação e com valor fracionado que somavam exatos R\$ 8 mil cada. "Os vários empenhos emitidos pelo município (...) nunca ultrapassavam o valor de R\$ 8 mil, que era o teto máximo, na época, para dispensa de licitação, o que seria arranjado na intenção de burlar a legislação". O total das compras chegou a R\$ 42 mil.

Na mesma ação também foram condenados a ressarcir os cofres públicos o então secretário de Saúde Antônio Sadi Buzanelo; o prefeito na época, Harry Daijó; e os proprietários da Nathufarma, empresa contratada para o fornecimento dos medicamentos. Gonçalves não foi encontrado para comentar a decisão.

"Os empenhos nunca ultrapassavam o teto para dispensa de licitação, na intenção de burlar a legislação."

Trecho da acusação do MP contra o secretário Adevilson Gonçalves.

TSE mantém indeferimento da candidatura de Pupin

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) negou recurso apresentado pela coligação "A mudança continua" e manteve indeferida a candidatura de Carlos Roberto Pupin à prefeitura de Maringá, no Norte do estado. O grupo havia pedido efeito suspensivo da decisão de agosto do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Paraná. A decisão do ministro Marco Aurélio Mello foi assinada no último dia 12, mas só foi divulgada ontem no site do TSE.

"Por força de norma legal — Artigo 257 do Código Eleitoral —, os recursos especiais eleitorais são recebidos apenas no efeito devolutivo. A concessão de eficácia suspensiva corre à conta de situação extravagante, ficando, uma vez configurada, aberta a via da ação cautelar. Frise-se, por oportuno, que o indeferimento do registro não impede continue o candidato na caminhada visando às eleições", informa a decisão.

Procuradoria

O processo segue agora para a Procuradoria Geral Eleitoral. Após o parecer do procurador, o ministro Marco Aurélio apresentar decisão monocrática ou ainda pode submeter o caso ao plenário do TSE, para que seja analisado por todos os ministros. Pupin é o atual vice-prefeito do município. No entender do TRE, Pupin não pode concorrer porque substituiu o prefeito Silvío Barros (PP) nos seis meses anteriores ao pleito deste ano.

PARAÍBA

Justiça suspende prisão de diretor do Google

O Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba suspendeu no fim de semana a decisão de um juiz pedindo a prisão do diretor financeiro do Google Brasil, Edmundo Luiz Pinto Balthazar. A suspensão foi determinada pelo juiz Miguel de Britto Lyra Filho, atendendo pedido de habeas corpus feito pelo Google. Na sexta-feira, o juiz Ruy Jander Teixeira da Rocha mandou prender o executivo por entender que a empresa descumpriu uma ordem judicial. A ação foi movida pelo candidato do PSDB a prefeito de Campina Grande, Romero Rodrigues. Rodrigues pediu a retirada do YouTube de um vídeo que, segundo ele, o ridiculariza. O vídeo foi postado pelo usuário "Humor Paraíba". A peça ironiza um erro cometido pelo candidato durante o horário eleitoral. No dia 5 deste mês, Teixeira da Rocha determinou a retirada do vídeo. Por duas vezes, a defesa do Google pediu a reconsideração da decisão liminar.

CURSO

Intensivo preparatório para a magistratura federal – presencial e via Web

- » **DATA:** de 20 de setembro a 30 de outubro (presencial)
- » A qualquer tempo (via web).
- » **LOCAL:** Esmafe/PR – Escola da Magistratura Federal do Paraná. Rua Eurípedes Garcez do Nascimento, 1.167.
- » **INFORMAÇÕES:** (41) 3078-6600 ou secretaria@esmafe.com.br

18 SET 2012

GAZETA DO POVO

COLUNA DOS LEITORES

Monteiro Lobato

Tia Nastácia sempre foi descrita na obra de Monteiro Lobato como uma mulher negra. Simplesmente o autor usou e abusou de sua criatividade e habilidade com as palavras para descrever o modo da personagem. É uma indignidade essa discussão. Na época em que Monteiro Lobato viveu, racismo passava longe da cabeça do autor.

Marina Machado, diretora teatral

O tolerante e o preconceituoso

O texto de Francisco Razzo (**Gazeta**, 15/9) exprime perfeitamente o vitimismo que tem servido de mote para os segmentos mais ruidosos da sociedade. Todo esse barulho reverbera nos três poderes, tornando-se norma, programa de governo e método interpretativo.

Thomaz Akimura

Monteiro Lobato

"O politicamente correto ataca novamente. Por esses critérios terão de censurar boa parte da literatura antiga. O *Cortiço*, por exemplo. A Bíblia... essa nem devo falar. Que tal suprimir *A Política*, de Aristóteles, por considerar que alguns homens têm natureza de escravos?"

Isaías Gonçalves, via Facebook, comentando a polêmica envolvendo o livro *Caçadas de Pedrinho*, de Monteiro Lobato.

Mensalão

A Justiça deve investigar as acusações de Marcos Valério de que Lula participou mesmo do mensalão (**Gazeta**, 15/9). O principal beneficiado pelo esquema foi mesmo o ex-presidente, que conseguiu aprovar projetos graças aos "acertos" pagos aos parlamentares. Se Lula não deve, não tem a temer, mas isso precisa ser apurado.

Angelo Caron, Pontal do Paraná – PR

18 SET 2012

FOLHA DE S. PAULO

Relator diz que existência do mensalão está comprovada

Em voto no STF, Barbosa afirma não
haver dúvida sobre compra de votos

Ministro iniciou ontem análise da acusação de que esquema foi usado para assegurar apoio do Congresso a Lula

O relator do julgamento do mensalão, Joaquim Barbosa, confirmou ontem o ponto central da acusação da Procuradoria-Geral da República ao concluir que parlamentares e partidos receberam dinheiro para apoiar, entre 2003 e 2005, o governo Lula no Congresso Nacional.

“Comprovou-se a realização de transferências milionárias de dinheiro, R\$ 55 milhões, por réus ligados ao Partido dos Trabalhadores em proveito de vários parlamentares e partidos que, mediante a sua atuação, passaram a compor a chamada base aliada do governo na Câmara”, afirmou Barbosa na sessão do Supremo Tribunal Federal.

O ministro rebateu indiretamente o ex-presidente Lula e advogados de defesa segundo os quais o mensalão seria uma invenção de Roberto Jefferson (PTB), cuja entrevista à **Folha** deu origem ao escândalo em 2005.

“Apesar de as defesas afirmarem que o mensalão foi invenção de Jefferson”, diz Barbosa, “constatamos vários indícios de que as denúncias eram verdadeiras”.

O relator citou as reformas da Previdência e tributária como os principais exemplos de votações “compradas” pelo PT no Congresso.

“Essas reformas receberam o fundamental apoio dos parlamentares comprados pelo Partido dos Trabalhadores e das bancadas por eles orientadas e dirigidas, exatamente no momento em que foram realizados os maiores repasses de dinheiro.”

Segundo ele, não há “qualquer dúvida de compra de votos a essa altura”.

Barbosa também comentou a tese da defesa de que o mensalão se resumiu a caixa dois eleitoral. “A ajuda de campanha também configura vantagem indevida a parlamentares, por influenciar a prática de atos de ofício no interesse dos corruptores.”

Os ministros do STF começaram a avaliar ontem o capítulo que trata da compra de apoio parlamentar de líderes do PP, PL (hoje PR), PTB e PMDB, por orientação, diz a denúncia, dos líderes do PT Delúbio Soares, José Genoíno e José Dirceu, então o chefe da Casa Civil de Lula.

Barbosa prosseguirá o voto amanhã. As acusações contra os líderes petistas estão no final do capítulo.

Os ministros do STF já consideraram válida a primeira parte da acusação, a de que

houve desvio de verbas públicas que, misturadas a empréstimos bancários fraudulentos, abasteceram o esquema. Agora é discutido o uso que foi dado ao dinheiro.

Barbosa lembrou que a listagem apresentada por Valério com os nomes dos beneficiários indicados pelo PT foi reconhecida por Delúbio.

No fim da sessão, o relator disse que ficaram caracterizados corrupção passiva, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha contra três réus do PP: o deputado Pedro Henry, o ex-deputado Pedro Corrêa e o ex-assessor João Cláudio Genu, além de dois sócios da corretora Bônus Banval.

CONTINUA

18 SET 2012

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Defesas esperam que voto do relator não seja seguido

As defesas dos réus disseram esperar que os ministros do STF não acompanhem o relator do caso, Joaquim Barbosa, que apontou crimes cometidos pelos clientes deles.

Sobre compra de apoio político, o advogado de Pedro Henry, José Antonio Alvares, afirmou que “não existiu nem ficou comprovado”. Segundo Alvares, Henry não teve conhecimento prévio sobre recursos repassados ao PP.

Marcelo Leal, defensor de Pedro Corrêa, afirmou ter esperanças na absolvição de seu cliente. Antônio Sérgio Pitombo, advogado de Enivaldo Quadrado, preferiu não se pronunciar.

18 SET 2012

FOLHA DE S. PAULO

Voto de Barbosa indica penas rigorosas

Trecho da decisão do relator para as penas por lavagem de dinheiro foi divulgado por descuido no site do STF

Texto fixa 12 anos e 7 meses de prisão para Valério; Kátia Rabello e José Roberto Salgado teriam 10 anos cada

Trecho do voto do ministro relator Joaquim Barbosa vazou no site do STF (Supremo Tribunal Federal) e expôs a tendência de que ele aplique penas altas para os réus do julgamento do mensalão.

Por uma falha, 30 páginas de um total de 154 vieram a público indevidamente e foram retiradas do ar pelo STF apenas na noite de domingo.

A Folha viu o conteúdo do voto de Barbosa e noticiou seu vazamento ontem, na coluna "Painel". O trecho sobre o tamanho das penas ficou mais de dois dias no ar no site do Supremo, entre sexta e domingo à noite.

Barbosa fixou a pena do empresário Marcos Valério Fernandes de Souza para o crime de lavagem de dinheiro em 12 anos e sete meses de reclusão, além de 340 dias-multa (referência adotada pelo Judiciário para definir penas pecuniárias, que tem valor variável). No caso de Valério, o montante chega a cerca de R\$ 850 mil.

Para a dona do Banco Rural, Kátia Rabello, e para o ex-vice-presidente da instituição, José Roberto Salgado, o relator votou por dez anos de reclusão. Para ela, mais cerca de R\$ 937 mil em dias-multa. Para ele, R\$ 625 mil.

PAINEL

Ação... Com a revelação das propostas de penas do relator Joaquim Barbosa, o advogado de Marcos Valério, Marcelo Leonardo, vai preparar um memorial específico sobre dosimetria para entregar aos ministros do STF.

... e reação Segundo ele, o documento tem como objetivo expor a diferença entre as propostas de Barbosa e do ex-ministro Cezar Peluso, que, para a defesa, fixou penas dentro do limite técnico.

MONICA BERGAMO

NOVELA SUPREMA

Com os votos duros contra os réus do mensalão, a ministra Cármen Lúcia, do STF (Supremo Tribunal Federal), está sendo chamada de "Carminha" pelos advogados dos acusados.

★

É que a personagem má da novela das nove "Avenida Brasil", da TV Globo, se chama Carmem Lúcia Moreira de Souza.

Nos três casos, Barbosa votou pelo início do cumprimento da pena em regime fechado, "sendo incabível" a substituição por penas restritivas de direitos. Além disso, votou pela perda, em favor da União, "dos bens, direitos e valores objeto do crime".

A pena real de Valério e dos outros réus ainda precisa ser confirmada pelos outros ministros. Como o julgamento foi "fatiado", esse trecho só deveria ter vindo a público no fim do julgamento.

Barbosa, a princípio, apontou pena de sete anos de reclusão para Valério, três a menos que a máxima prevista em lei. Mas a aumentou levando em conta as alegações finais da acusação, segundo as quais sua pena deveria ser majorada porque ele cometeu várias operações de lavagem, em crime continuado.

Procurada para explicar o vazamento, a assessoria do Supremo afirmou que o gabinete do relator enviou a íntegra do texto por engano. Disse ainda que tirou o material do ar até porque o relator poderá fazer alterações.

O advogado de Valério, Marcelo Leonardo, disse que o vazamento expõe a noção da proposta de Barbosa, que fixou penas bases elevadas, confrontada com a do ex-ministro Cezar Peluso, que, antes de deixar o STF, aposentado, estipulou pena mínima.

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

18 SET 2012

AS PENAS DE BARBOSA

Punição do ministro para lavagem de dinheiro, segundo os dados liberados por engano

LAVAGEM DE DINHEIRO

O QUE É esconder a origem e o destino de bens oriundos de atividades criminosas

PENA MÍNIMA 3 anos

PENA MÁXIMA 10 anos

MULTA além da prisão, condenação também estabelece pagamento de um valor pelo réu

POR QUE UMA DAS PENAS É MAIOR QUE A MÁXIMA?

No caso de Valério, o ministro levou em conta o pedido da Procuradoria. Nele, a pena do réu deveria ser aumentada porque ele praticou várias operações de lavagem, no chamado crime continuado

A PENA DOS RÉUS

Condenado pela maioria do STF

Absolvida pela maioria do STF



Marcos Valério Fernandes de Souza
Empresário

TEMPO DE PRISÃO

12 anos e 7 meses

MULTA*

R\$ 850 mil



Ramon Hollerbach
Ex-sócio de Valério

TEMPO DE PRISÃO

10 anos

MULTA*

R\$ 625 mil



Cristiano Paz
Ex-sócio de Valério

TEMPO DE PRISÃO

10 anos

MULTA*

R\$ 625 mil



Rogério Tolentino
Ex-sócio de Valério

TEMPO DE PRISÃO

10 anos

MULTA*

R\$ 625 mil



Simone Vasconcelos
Ex-funcionária de Valério

TEMPO DE PRISÃO

7 anos e 7 meses

MULTA*

R\$ 225 mil



Geiza Dias**
Ex-funcionária de Valério

TEMPO DE PRISÃO

6 anos e 11 meses

MULTA*

R\$ 1,15 mil



Kátia Rabello
Dona do Banco Rural

TEMPO DE PRISÃO

10 anos

MULTA*

R\$ 937,5 mil



José Roberto Salgado
Ex-vice-presidente do Banco Rural

TEMPO DE PRISÃO

10 anos

MULTA*

R\$ 625 mil

*Valores aproximados. Cálculo foi feito com base na média do salário mínimo de 2003 e 2004
** Condenada por Barbosa, a ré foi absolvida pela maioria dos ministros do STF

18 SET 2012

FOLHA DE S. PAULO

Aumento de salário opõe Planalto à Procuradoria

Procurador-geral da República vai
ao Supremo contra projeto de Dilma

**Ministério Público quer
que governo aumente
recursos para ampliar
efetivo e possibilitar
maior aumento salarial**

OLÍVIA FLORÊNCIA

COLABORAÇÃO PARA A FOLHA

O procurador-geral da república, Roberto Gurgel, ingressou no STF (Supremo Tribunal Federal) com mandado de segurança contra a presidente Dilma Rousseff para obrigar o governo federal a reservar recursos para ampliar o efetivo e os contracheques de promotores e procuradores a partir de 2013.

Gurgel pede liminar contra o ato da presidente, que não incluiu no projeto do Orçamento de 2013 o reajuste de 29,53% requerido pelo Ministério Público.

O mandado foi distribuído ontem para o ministro do STF Joaquim Barbosa.

Gurgel é o responsável hoje pela acusação do mensalão, que desde o início de agosto é julgado no Supremo. Joaquim Barbosa é o relator do caso.

O ministro não tem obrigação de ouvir a Presidência sobre o mandado de segurança

de Gurgel, mas pode pedir que a União se manifeste. É possível que ele acione a Presidência via Advocacia-Geral da União.

Se intimada, a AGU provavelmente se manifestará a favor da decisão da Presidência da República.

TRÂMITE

A Lei Orçamentária foi enviada pela Presidência ao Congresso em 30 de agosto.

O Orçamento somente passa a valer após a ser aprovado por deputados e senadores, o que geralmente ocorre no final do ano.

Após essa etapa, a peça ainda pode ser modificada por meio de veto da presidente.

Caso a liminar a favor do Ministério Público seja concedida, ela também será válida para o Conselho Nacional do Ministério Público.

Em 2011 o reajuste salarial do Judiciário foi motivo de crise entre o STF e Dilma.

Naquele ano o governo havia deixado de fora as propostas de reajustes da Justiça, com impacto de R\$ 7,7 bilhões nos cofres públicos.

Após reação de ministros, o Planalto recuou e incluiu os reajustes pedidos.

1 8 SET 2012

FOLHA DE S. PAULO

Toffoli reforça a obrigatoriedade do horário do programa no STF

DE BRASÍLIA - O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Antonio Dias Toffoli reforçou o entendimento da corte sobre a obrigatoriedade do horário de transmissão do programa "A Voz do Brasil".

Em decisão dada no mês passado, Toffoli aceitou recurso da União sobre o posicionamento do Tribunal Regional Federal da 4ª região, que havia autorizado uma rádio a retransmitir o programa em horário alternativo.

Hoje, as rádios são obrigadas a veicular o programa às 19h. O ministro alegou que a própria Suprema Corte já decidiu no passado que "não se reveste de ilegalidade a determinação para que empresas de radiodifusão estejam obrigadas à retransmissão diária do programa [...] no horário determinado".

Para o ministro do STF, a decisão do TRF da 4ª região "divergiu da pacífica orientação desta corte sobre o tema e merece ser reformada".

A mudança do horário de transmissão do programa é alvo de discussão no Congresso. Um projeto na Câmara dos Deputados permite que "A Voz do Brasil" comece entre 19h e 22h.

O tema chegou a entrar na pauta do plenário da Casa em junho deste ano, mas foi retirada pelo líder do PT, deputado Jilmar Tatto (SP). Na ocasião, ele disse que "pobre gosta de ouvir" o programa.

FOLHA DE S. PAULO

ANP pede à Justiça reconsiderar suspensão de 2 do setor de óleo

Agência diz que multa contra Chevron pode totalizar R\$ 37 milhões

A ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis) entrou ontem com pedido de reconsideração da decisão do STJ (Superior Tribunal de Justiça) que determinou a suspensão das atividades da Chevron e da Transocean no Brasil.

Segundo a diretora-geral da agência, Magda Chambríard, a decisão da Justiça, se executada, trará enorme prejuízo ao país, tanto em termos de produção de petróleo, como na balança comercial, já que reduzirá o combustível a ser exportado.

Uma das sondas da Transocean, segundo Chambríard, está instalada no campo de Lula, no pré-sal de Santos, o que poderia comprometer o seu desenvolvimento.

Outro risco, ressaltou ela, será a suspensão do recolhimento de óleo que ainda sai do campo de Frade, na bacia de Campos, que está sendo feito pela Chevron.

A ANP multou a Chevron até agora em R\$ 35 milhões pelo acidente no fim de 2011 que jogou 3.700 barris de petróleo na bacia de Campos. Esse valor poderá chegar a R\$ 37 milhões. A companhia foi multada em R\$ 60 milhões pelo Ibama.

18 SET 2012

Prefeito, antecessor e empresários são denunciados em Londrina

DE LONDRINA - O prefeito de Londrina, José Joaquim Ribeiro (sem partido), o ex-prefeito Homero Barbosa Neto (PDT), cassado em julho, seis agentes públicos e um grupo de empresários foram denunciados ontem sob acusação de criar esquema de superfaturamento na compra de uniformes escolares.

Segundo a Promotoria, R\$ 3,8 milhões foram pagos

de forma indevida às empresas fornecedoras. Em contrapartida, os empresários deram R\$ 540 mil como propina..

O advogado de Ribeiro disse que estava em reunião e não podia falar. Barbosa Neto, que teve sua candidatura a prefeito de Londrina deferida pela Justiça eleitoral, está em campanha e não foi localizado pela reportagem.

Buscapé vai recorrer de decisão da Justiça

O Buscapé, site de comparação de preços, recorrerá da decisão tomada pela 18ª Vara Cível de São Paulo que concluiu que o Google não discrimina

sites de compras na internet que concorrem com o serviço do Google Shopping. O recurso será apresentado ao Tribunal de Justiça de São Paulo.

18 SET 2012

FOLHA DE LONDRINA
ESCÂNDALO DOS UNIFORMES

MP denuncia 19 e diz que propina soma R\$ 540 mil

Ex-secretária Karin Sabec teria ficado com R\$ 10 mil

Barbosa Neto foi incluído como principal beneficiado de suposto esquema; promotores calculam prejuízo de R\$ 3,8 milhões aos cofres

Entre os réus, 8 agentes públicos e 11 empresários e funcionários

Loriane Comeli
Reportagem Local

Uma quadrilha composta por 19 pessoas e supostamente chefiada pelo ex-prefeito de Londrina Barbosa Neto (PDT) foi responsável pelo desvio de R\$ 3.812.541,54 dos cofres da prefeitura municipal por meio de compras de uniformes feitas para os anos de 2011 e 2012. Segundo denúncia apresentada ontem pelos promotores do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), também faziam parte do esquema o atual prefeito José Joaquim Ribeiro (sem partido) e seis ex-secretários municipais: Marco Cito (Gestão Pública), Lindomar Mota dos Santos (Fazenda), Karin Sabec (Educação), Fábio Góes (Planejamento), Fábio Reali (Gestão Pública) e Fidélis Canguçu (Procuradoria Jurídica do Município).

A reportagem apurou que os promotores pediram a prisão de Barbosa, Ribeiro, Cito e Lindomar em 190 páginas da chamada "cota", um anexo no qual o MP pode pedir medidas cautelares.

A denúncia está sob análise do desembargador José Maurício de Almeida, da 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná, devido ao fato de Ribeiro ter foro privilegiado. "Não posso comentar sobre as medidas cautelares", afirmou o coordenador do Gaeco, Cláudio Esteves. Além dele, assinam a denúncia Leila Voltarelli, Renato de Lima Castro, Jorge Barreto e o procurador de Justiça Leonir Batisti, coordenador do Gaeco no Paraná.

Os agentes públicos respondem por formação de quadrilha, corrupção passiva, peculato, fraude à licitação e lavagem de dinheiro. Barbosa, que teria cometido corrupção passiva por seis vezes, peculato em duas ocasiões, fraude à licitação por três vezes e lavagem de dinheiro por cinco vezes, se condenado, pegaria pena mínima de 43 anos e a pena máxima poderia chegar a 186 anos. No caso de Ribeiro, a pena mínima chegaria a 14 anos e a máxima a 60 anos.

Além dos oito agentes públicos, são réus 11 empresários e pessoas ligadas às empresas que forneceram os uniformes: Marcos Ramos (que está preso preventivamente desde 28 de agosto), dono da empresa G8 e de outras que atuavam no es-

quema fraudulento e que também se apresentava como representante da Capricórnio; sua esposa, Paulina de Souza, e a funcionária Eliane Alves da Silva (ambas foragidas), que atuavam como sócias na G8; Wilson Yoshida e sua esposa, Cristina Yoshida, donos da Kriswill; o responsável financeiro, José Lemes, o contador Pedro Bresciani e a secretária e sócia Claudiane Mandelli; os irmãos Júlio e Daniel Manfredini, donos e sócios da Capricórnio; e Luis Gustavo Mandelli, irmão de Claudiane, que responde apenas por falsidade ideológica, por ter incluído seu nome como sócio em uma das empresas. Os outros respondem por quadrilha, lavagem de dinheiro, corrupção ativa, fraude em licitação, peculato e falsidade ideológica.

CONTINUA

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

18 SET 2012

Em 69 páginas, os promotores narram 29 fatos criminosos, que envolveram o pagamento de propina de R\$ 540 mil. Barbosa é acusado de ter se beneficiado de todo o montante, com o apoio de seus então secretários e do atual prefeito. Os ex-secretários, conforme a denúncia, "uniram-se sob a liderança do prefeito municipal, que nesta condição organizava e dirigia as ações dos demais, que lhe eram subordinados (do ponto de vista administrativo), determinando de maneira velada a execução de contratações de serviços e aquisições de materiais de maneira fraudulenta, de modo a permitir o desvio de recursos públicos em proveito de particulares e proporcionar o recebimento de vantagens indevidas (propinas) desses mesmos particulares".

O Gaeco chegou ao valor desviado por meio de auditoria realizada por técnico do Ministério Público. Constatou-se que nos dois procedimentos de "carona", em 2011, quando a compra dos uniformes se deu por adesão da Prefeitura de Londrina à ata de registro de preços da Prefeitura de São Bernardo do Campo (SP) ao custo de mais de R\$ 6 milhões, tendo como vencedoras as empresas G8 e Capricórnio, houve superfaturamento de R\$ 3,8 milhões. Os 34 mil uniformes (camisetas, calças, bermudas, tênis e mochilas) foram fabricados pela Kriswill, que fazia parte do esquema. "Houve sobrepreço, um lucro bruto de R\$ 3,8 milhões, conforme ficou demonstrado com a auditoria na contabilidade das empresas", disse a promotora Leila Voltarelli.

Para ocultar a origem dos recursos desviados da Prefeitura de Londrina, os empresários criaram mecanismos para lavar o dinheiro. As empresas de São Paulo (G8 e Capricórnio) enviavam o dinheiro para o grupo de empresas em Apucarana, que saca o dinheiro em espécie. "Há casos de vários saques no mesmo dia em quantia inferior à que desse margem para um alerta no Banco Central", explicou Batisti. "Os saques sempre têm relação com algum fato ligado à administração municipal, como a assinatura do contrato ou a liberação de algum pagamento", detalhou Esteves.

Segundo a ação, com o dinheiro em mãos, os empresários podiam repassar parte do valor aos agentes públicos, embora o primeiro pagamento (R\$ 50 mil) tenha se dado como ajuste para que a prefeitura contratasse a G8 e Capricórnio. A segunda parcela, também de R\$ 50 mil, e a terceira (R\$ 100 mil) foram entregues a Karin e Ribeiro, que confessou o fato em depoimento ao MP, dizendo que repassou R\$ 50 mil para Barbosa, R\$ 50 mil para Lindomar e ficou com R\$ 50 mil. Contra Lindomar também pesa o fato de que teria retido pagamentos para exigir vantagem indevida. A quarta parcela, no valor de R\$ 100 mil, teria sido recebida por Marco Cito e Barbosa, assim como as parcelas subsequentes, de R\$ 200 mil e de R\$ 40 mil, em fevereiro deste ano. Já Karin Sabec teria ficado com R\$ 10 mil.

"Podem existir outros pagamentos e outros desvios, mas o que conseguimos demonstrar com clareza foi este valor", afirmou Cláudio Esteves. A investigação se baseia nos depoimentos de réus colaboradores - Karin Sabec, Wilson e Cristina Yoshida, José Lemes, Pedro Bresciani e Claudiane Mandelli, mas também em documentos apreendidos nas empresas envolvidas, no início da operação, em 28 de agosto, com quatro presos. "Os depoimentos corroboram o que apuramos com relação à contabilidade das empresas", explicou Castro.

O desembargador José Maurício de Almeida não tem um prazo fixo para definir sobre os pedidos de prisão e outras eventuais medidas, mas pode fazê-lo sem ouvir os acusados. Porém, para receber a denúncia, ele deve dar prazo de 15 dias aos réus para defesa preliminar. Caso a ação seja recebida, as audiências serão realizadas em Londrina.

CONTINUA

18 SET 2012

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

SAIBA MAIS

19 acusados

➤ Agentes públicos acusados de formação de quadrilha, corrupção passiva, fraude à licitação, peculato e lavagem de dinheiro:



Prefeito licenciado
José Joaquim Ribeiro

Ex-secretária de Educação
Karin Sabec

Ex-prefeito
Barbosa Neto

Ex-secretário de Planejamento
Fábio Góes

Ex-secretário de Gestão Pública
Marco Cito

Ex-secretário de Gestão Pública
Fábio Reali

Ex-secretário de Fazenda
Lindomar Mota dos Santos

Ex-procurador jurídico do município
Fidélis Canguçu

➤ Empresários e funcionários acusados de formação de quadrilha, corrupção ativa, fraude à licitação, peculato, lavagem de dinheiro e falsidade ideológica:

Marcos Divino Ramos

Pedro Victor Bresciani

Paulina Duarte de Souza
mulher de Marcos

Claudiane Mandelli

Eliane Alves da Silva

Luis Gustavo Mandelli
irmão de Claudiane*

Wilson Yoshida

Júlio Manfredini

Cristina Yoshida
mulher de Wilson

Daniel Manfredini
irmão de Júlio

José Lemes dos Santos

* responde apenas por
falsidade ideológica

Fonte: Ministério Público do Paraná.

Folha Arte

CONTINUA

18 SET 2012

FOLHA DE LONDRINA
CONTINUAÇÃO

Acusados negam participação

Para o candidato Barbosa Neto, denúncia é fundamentada em ataques de adversários políticos

**Edson Ferreira e
Paula Barbosa Ocanha**
Reportagem Local

O ex-prefeito de Londrina Barbosa Neto (PDT) negou, por meio da assessoria de imprensa, "qualquer participação em fraude na compra de uniformes escolares". Barbosa afirmou que as denúncias "são fundamentadas basicamente em adversários políticos para desgaste no período eleitoral". O ex-prefeito, que teve o mandato cassado pela Câmara no final de julho, é candidato ao Executivo.

O prefeito José Joaquim Ribeiro (sem partido), de licença médica desde a última quinta-feira, não foi localizado pela FOLHA. O advogado dele, Paulo Nolasco, chegou a atender o celular, mas informou que estava em reunião e não poderia conceder entrevista.

O advogado Walter Bittar, que defende os acusados ligados à empresa G8, sendo o proprietário Marcos Divino Ramos, a esposa Paulina Aparecida de Souza e a funcionária Eliane Alves da Silva, preferiu não comentar as imputações feitas pelo Ministério Público (MP) do Paraná. "Primeiro vou ler a denúncia porque o que

estou sabendo até agora é por meio dos repórteres. É inaceitável que a imprensa fique sabendo antes dos advogados", protestou Bittar.

Preso há 20 dias, Marcos Ramos aguarda julgamento do pedido de revogação da preventiva no Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná. Com prisões decretadas pela Justiça de Londrina, Paulina e Eliane são consideradas foragidas pelo MP. "Como podem ser foragidas se elas estão em São Caetano do Sul, onde sempre estiveram?", contesta.

O ex-secretário de Fazenda Lindomar dos Santos reafirmou não ter recebido propina e critica a denúncia do MP. "Lendo os depoimentos, você vai ver que ninguém disse ter entregue o dinheiro para mim. Alguém utilizou o meu nome para se beneficiar de alguma coisa." Quanto aos R\$ 50 mil que teria recebido para liberar um pagamento para a empresa G8, Lindomar afirmou que "nunca houve retenção intencional e tenho documentos que comprovam isso".

O ex-secretário de Gestão Pública Marco Cito disse acreditar na Justiça e fez críticas à ex-secretária de Educação Karin Sabec, que prestou diver-

sos depoimentos ao MP. "Ela mentiu. Fui usado pela ex-secretária, que me procurou perguntando sobre a possibilidade da (compra por) carona e eu disse apenas que não havia nenhum parecer contrário, eu mesmo havia feito uma para a Guarda Municipal."

A reportagem não conseguiu falar ontem com o advogado Edson Massei, que defende os acusados Wilson Yoshida e esposa Cristina Yoshida, José Lemes dos Santos e Pedro Bresciani, ligados ao grupo Kriswill, de Apucarana. Em entrevista anterior à FOLHA, Massei havia confirmado que os clientes têm interesse em contribuir com as investigações "buscando benefícios da lei 9.807/99 (prevê perdão judicial ao réu primário que contribuir efetivamente com as investigações)".

O advogado da ex-secretária Karin Sabec, Maicon Castilho, afirmou que não comentaria o assunto agora. Os empresários Júlio Manfredini e Daniel Manfredini, da empresa Capricórnio, estavam em reunião e não retornaram às ligações para comentar a ação. O ex-secretário Fábio Reali estava com o celular desligado. Já o ex-secretário Fábio Góes, o ex-procurador Fidélis Canguçu, Claudiane Mandelli e Luis Gustavo Mandelli não foram localizados pela reportagem.

**Lindomar:
'Ninguém disse
ter entregue o
dinheiro para mim'**

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

18 SET 2012

Fora do cargo

Por decisão judicial, Adevilson Gonçalves terá que abandonar o cargo de secretário municipal de Desenvolvimento Sócio Econômico de Foz do Iguaçu. O agente público foi alvo de uma ação civil pública do Ministério Público (MP) do Paraná, por supostas irregularidades na compra de medicamentos durante sua gestão na Secretaria de Administração, de 1998 a 2000. Conforme o MP, as compras foram realizadas sem a abertura de licitação, com fracionamento intencional de valor "para burlar a legislação".

Voz do Brasil

A veiculação obrigatória do programa de rádio "A Voz do Brasil" gerou duas informações conflitantes ontem, em Brasília. A Advocacia-Geral da União divulgou vitória no Supremo Tribunal Federal (STF) contra rádio que se opunha a respeitar o horário da Voz do Brasil. Já o ministro das Comunicações, Paulo Bernardo (PT), disse não ver problema em flexibilizar o programa, hoje veiculado em rede nacional às 19 horas. Bernardo sinalizou que o governo não vetaria mudanças entre a faixa das sete e dez da noite, permitindo às rádios vender publicidade no horário em que muitos estão no carro, voltando para as suas casas no fim de tarde.

INFORME

Novela do Delazari

O pedido feito ao Ministério Público do Paraná por Luiz Fernando Delazari, ex-secretário de Segurança do governo Requião, foi encaminhado para instância superior. Delazari quer voltar à carreira de promotor público, que abandonou para permanecer no Executivo. À época, o Conselho Nacional do Ministério Público (-CNMP) entendia que as funções eram incompatíveis. Contudo, o CNMP mudou de opinião faz pouco tempo, dando esperanças a Delazari. Os promotores do Paraná não quiseram saber de bola dividida e mandaram o caso para o CNMP.

Divulgação do salário

Na mesma reunião, realizada em 12 de setembro, o colégio de procuradores do MP do Paraná manteve-se no muro sobre a divulgação individualizada dos contracheques. Eles argumentam que o CNMP ainda não publicou a resolução tomada em sua última reunião, na qual deixa os Estados decidirem sobre qual nível de transparência vão adotar. Conforme a FOLHA revelou antes, o procurador-geral de Justiça, Gilberto Gaiçoa, prefere um modelo intermediário, com acesso online controlado.

18 SET 2012

FOLHA DE LONDRINA

MAZZA

Bronca

Já no governo Requião um acordo entre governo-INSS-Tribunal de Justiça enunciava o Centro do Judiciário inclusive com uma área de parque quando se trata de uma das maiores invasões, do estilo lento e gradual, de Curitiba em cenário litigioso com mais de 250 famílias. Agora, sob outra perspectiva, fizeram a licitação e excluíram, um a um, os proponentes restando a vencedora Cassol. Os prejudicados chiaram e foram diretamente ao Conselho Nacional de Justiça.

Até juízes

O aggiornamento leva a exageros: juízes federais em greve. De repente eclode, por que não?, a do Exército Nacional. Essa é dos magistrados do sul.

CLÁUDIO HUMBERTO

Monitoramento

Quando soube que o ministro Dias Toffoli pode alegar suspeição e não opinar no julgamento do ex-chefe e amigo José Dirceu, o ex-presidente Lula enviou emissários a Brasília para tentar convencê-lo a votar.

AGENDA

Semana Jurídica

Londrina - Começa hoje, às 19h, e vai até a próxima sexta-feira a 7ª Semana Jurídica organizada pelo Centro Acadêmico 'Seis de Dezembro' (Casd), da PUCPR Campus Londrina, com o apoio do Curso de Direito. O evento trará a Londrina nomes importantes do mundo jurídico, como o advogado Fernando Capez, também deputado estadual por São Paulo. As palestras e o júri simulado do evento serão no Teatro Marista (Rua Cristiano Machado, nº 240). Minicursos e apresentação de artigos serão no campus da PUC (Avenida Jockey Clube, 485, Vila Hípica). Podem participar também estudantes de outras instituições de superior e profissionais. Informações pelo fone (43) 9683-7090.

18 SET 2012

FOLHA DE LONDRINA

Cid Vasques assume Secretaria de Segurança

Rubens Chueire Jr.
Reportagem Local

Curitiba - Dar prosseguimento aos projetos já iniciados. Com este posicionamento, o novo secretário de Segurança Pública do Paraná, Cid Marcus Vasques, tomou posse ontem pela manhã, no Palácio das Araucárias, em Curitiba. Ele substitui Reinaldo de Almeida César, que agora vai comandar a Corregedoria e Ouvidoria Geral do Estado, cargo anterior de Cid.

Vasquez foi delegado de polícia entre 1984 e 1986 e, logo depois, ingressou como promotor de Justiça no Ministério Público do Paraná (-MPPR). Em 2010 foi promovido a procurador e, no ano seguinte, assumiu o cargo da Corregedoria e Ouvidoria Geral.

Em seu discurso, Vasques informou que a vivência no Ministério Público e na própria Corregedoria vão servir para ele enfrentar este novo desafio. Mesmo com as cobranças e a grande demanda da sociedade sobre seguran-

ça, ele afirmou estar pronto para continuar com o trabalho desenvolvido por seu colega de equipe do governo.

"Evidentemente que o Reinaldo já deixou alguns projetos em andamento (19 no total) e nossa ideia é dar seguimento nisso de uma forma diferente na maneira de conduzir. O governador cobrou resultados imediatos e vamos trabalhar por isso, mas ninguém consegue fazer milagre. Quando um governo trabalha com projetos a saída de um membro da equipe não influi na concepção total", ressaltou.

A princípio Cid confirmou que não haverá mudanças em cargos de comando da Polícia Militar do Paraná e tampouco na direção geral da Polícia Civil. "Evidentemente que o desempenho das forças precisam ser avaliadas e, se preciso implementar algumas mudanças isso vai ocorrer, é natural de toda a transição. Mas por enquanto não tem nada previsto", completou.

O novo secretário ainda

destacou que o "carro-chefe" da Sesp continua sendo a Unidade Paraná Seguro (UPS), sempre procurando discutir com várias entidades (universidades, associações de moradores, entre outros) a melhor maneira de agir nas localidades, buscando a construção de cidadania. "A segurança pública leva o policiamento, mas ao mesmo tempo tem que existir condições para que a população possa integrar à sociedade, ou seja, ter à disposição, saúde, educação, entre outros benefícios", afirmou.

Entre as novas UPS, Cid reforçou o que já foi anunciado anteriormente: Londrina e Cascavel vão receber as primeiras unidades do interior do Estado. "As duas cidades estão incluídas neste projeto e é prioridade fazer este trabalho já com a nova filosofia de inclusão. Portanto queremos fazer parcerias com as prefeituras para que não seja implantada apenas uma unidade de polícia, mas que seja disponibilizado serviço público de qualidade", disse.

18 SET 2012

O ESTADO DE S. PAULO

STF derruba decisão que flexibiliza 'A voz do Brasil'

O ministro José Antonio Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal, derrubou uma decisão judicial que permitia à *Rádio FM Independência*, do Paraná, o direito de retransmitir o programa *A Voz do Brasil* num horário alternativo e não no oficial, das 19 às 20 horas. Toffoli afirmou que a jurisprudência do STF é pacífica em relação ao assunto. Segundo ele, o tribunal entende que a legislação sobre as retransmissões está de acordo com a Constituição.

“Não se reveste de ilegalidade a determinação para que empresas de radiodifusão estejam obrigadas à retransmissão diária do programa conhecido como *Voz do Brasil*, no horário determinado”, afirmou o ministro na decisão assinada em 30 de agosto e divulgada ontem.

Para Toffoli, a decisão anterior, do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, divergiu de uma orientação do STF e, portanto, precisava ser reformada.

O ministro chegou a essa conclusão ao analisar recursos da União e da *Rádio FM Independência Ltda.* Ambas reclamavam do entendimento do TRF, que reconhecia a obrigatoriedade das retransmissões, mas permitia a veiculação em outro horário.

A União alegou que o horário deveria ser obedecido. Já a rádio argumentou que a retransmissão não poderia ser imposta, porque a Constituição estabelece que a manifestação do pensamento, a expressão e a informação não poderão sofrer restrição.

A Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e TV informou que defende a aprovação de um projeto que flexibilize a possibilidade de retransmissão do material produzido pelo governo. O presidente da entidade, Daniel Pimentel Slaviero, a mudança é necessária para atender ao ouvinte.

Andressa Mendonça pode voltar a visitar Cachoeira

O Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1) autorizou o retorno das visitas de Andressa Mendonça ao companheiro, Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira, preso há mais de seis meses na Penitenciária da Papuda em Brasília.

A desembargadora federal Mônica Sifuentes, que também compõe a Turma, salientou – e os demais concordaram – que a visita íntima é direito do preso e que este não lhe pode ser retirado.

Contudo, Andressa continua impedida de manter contato com outros réus da Operação Monte Carlo, que investigou o esquema de jogos comandado por Cachoeira em Goiânia.

O tribunal julgou ainda recurso da defesa de Andressa, suspeita de chantagear o juiz Alderico Rocha Santos para que ele revogasse a prisão do marido. Foi-lhe dado habeas corpus para que tenha acesso ao Fórum da Justiça Federal de GO.

18 SET 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Hora da sentença. No primeiro dia da leitura de seu voto sobre o núcleo político, ministro Joaquim Barbosa usa como argumento o fato de o partido ter apoiado o tucano José Serra na eleição presidencial de 2002 e ter 'notória incompatibilidade ideológica' com o PT

Relator diz que governo Lula comprou votos na Câmara e condena réus do PP

O ministro Joaquim Barbosa afirmou ontem que o governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva comprou votos de deputados e apoio de partidos para aprovar leis na Câmara dos Deputados. Relator do julgamento do mensalão, Barbosa indicou que condenará por corrupção passiva e lavagem de dinheiro todos os parlamentares e ex-deputados acusados de receberem recursos do esquema. Também indicou que vai considerar culpados os acusados de serem os corruptores da Câmara dos Deputados: o ex-ministro da Casa Civil José Dirceu, o ex-presidente do PT José Genoino e o ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares.

Os pagamentos a deputados do PP, PMDB, PTB e PR (na época, PL) foram acertados em reuniões com a cúpula do PT e José Dirceu e serviram para garantir votos favoráveis à aprovação das reformas da Previdência, Tributária e Lei de Falências na Câmara, projetos de interesse do governo Lula, segundo o relator.

No total, como admitiu o empresário Marcos Valério, R\$ 55 milhões foram repassados a parlamentares da base aliada. Recur-

sos que foram pagos por ordem de Delúbio e Genoino, disse o ministro, e só cessaram após o esquema vir à tona em 2005.

"Não há dúvida sobre a compra de votos", afirmou. "Esses repasses estão a demonstrar a existência de vinculação do pagamento de vantagens financeiras e o apoio parlamentar dos partidos receptores." Ele ressaltou que, mesmo que o dinheiro fosse usado para campanhas, a prática do crime de corrupção estaria configurada. Ele disse ainda que a delação do esquema pelo ex-deputado Roberto Jefferson não foi "mera vingança política".

Barbosa disse que o governo Lula comprou o ingresso do PP na base aliada em 2003. O partido apoiou o adversário de Lula na eleição de 2002, José Serra (PSDB). "Independentemente da destinação dada aos recursos, as provas conduzem à conclusão de que os réus receberam o dinheiro em razão da função parlamentar e em troca da fidelidade do partido ao governo", disse.

O então líder do PP na Câmara, Pedro Henry (MT), e o presidente da legenda à época, Pedro Corrêa (PE), e o ex-assessor do

partido João Cláudio Genu (PR) foram condenados por crimes de corrupção passiva, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha. Eles receberam um total de R\$ 4,1 milhões, por meio de saques do Banco Rural e da corretora Bônus-Banval. "O acusado Marcos Valério foi o elo entre todos os parlamentares e o PT na pessoa de Delúbio que determinava os repasses de dinheiro e as pessoas que seriam beneficiadas", disse Barbosa, referindo-se ao empresário apontado como o operador do mensalão.

O relator chegou a citar o depoimento de um ex-deputado do PP Vadão Gomes, que mencionou haver "notória incompatibilidade ideológica" entre os partidos.

O relator também condenou os representantes da corretora Bônus Banval, Breno Fischberg e Enivaldo Quadrado, pelo crime de lavagem de dinheiro. As empresas foram usadas como intermediárias dos pagamentos.

Amanhã, Barbosa continua a ler seu voto. Serão julgados no item os parlamentares e ex-parlamentares do PR, PMDB e PTB.

CONTINUA

18 SET 2012

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Ao fim do item, o ministro julgará os acusados de serem os corruptores: Dirceu, Genoino e Delúbio. Nos três itens anteriores, o STF apontou desvio de dinheiro público de contratos do Banco do Brasil e da Câmara dos Deputados – condenou, inclusive, o ex-presidente da Casa João Paulo Cunha –, viu gestão fraudulenta do Banco Rural, que emprestou dinheiro “sem garantias” a Marcos Valério e ao PT, e apontou lavagem de dinheiro nas operações de pagamento aos parlamentares acusados.

● Confissões

“O réu Delúbio Soares confessou que a lista fornecida por Marcos Valério corresponde à verdade (...) Não havendo qualquer dúvida de compra de voto a esta altura do julgamento”

“Segundo confessou Delúbio em seu interrogatório, o PT repassou ‘uns R\$ 8 milhões ao PP; em torno de R\$ 4 milhões ao PTB; para o PMDB, na casa dos R\$ 2 milhões; e PL, entre R\$ 10 e 12 milhões”

A reforma da Previdência e a tributária receberam o fundamental apoio dos deputados orientados pelo PT”

JOAQUIM BARBOSA, RELATOR DO MENSALÃO NO STF

Decisão do relator ‘não faz sentido’, diz defesa de Henry

● “Não faz o menor sentido, é subestimar a capacidade dos demais parlamentares, é dar um super poder de ascensão ao Pedro Henry sobre os outros deputados até com mais tempo de Casa”, declarou o advogado José Antonio Duarte Alvares, que defende Henry. “Ele (Henry) simplesmente refletia a opinião da maioria dos deputados, essa é a posição de um líder da bancada, jamais orientou votos para pagamentos.” Para Duarte, o voto do relator é “continuidade da acusação, leu trechos dos interrogatórios e não os concluiu”. Ele afirma que Joaquim Barbosa desprezou partes dos depoimentos que, em sua avaliação, mostram que Henry não conduziu a bancada para prática criminosa. “O Janene (José Janene, ex-deputado, morto em 2010) declarou na fase policial que Henry nunca tratou de assuntos financeiros, mas o relator não leu em seu voto.” “Cada cabeça uma sentença”, disse o advogado Leonardo Yarochewsky, que defende Simone Vasconcelos, ex-diretora financeira de Marcos Valério. “Ela não tinha autonomia.”

18 SET 2012

O ESTADO DE S. PAULO

A lógica férrea do relator

A etapa crucial do julgamento do mensalão – que focaliza os 23 acusados de integrar o “núcleo político” do esquema – começou ontem no Supremo Tribunal Federal (STF) sob o impacto das declarações atribuídas ao publicitário Marcos Valério pela revista *Veja* sobre o envolvimento do ex-presidente Lula com o escândalo e a multiplicação de indícios de que, a começar dele e do seu ex-ministro José Dirceu, o PT está perdendo as esperanças de sair com ferimentos suportáveis do ordálio que enfrenta. Quando Dirceu, o primeiro entre os réus do processo, diz que não vai “sofrer por antecipação” e, mais ainda, que não há hipótese de ele “fugir do Brasil”, como afirmou à colunista Mônica Bergamo, da *Folha de S.Paulo*, deixa claro que as suas manifestações sobre o que o aguarda na Corte finalmente se renderam ao realismo.

Isso guarda relação direta com os rumos tomados pelo julgamento, agora no seu 24.º dia, desde a decisão do relator do caso, ministro Joaquim Barbosa, de fatiar o exame da denúncia, criando um férreo encaideamento lógico entre o desvio de recursos públicos para bancar o mensalão, o complexo roteiro traçado por Valério para fazer o dinheiro chegar aos beneficiários e a condução política de Dirceu – sob a chefia e o aval de Lula, segundo as palavras atribuídas ao publicitário. A estratégia adotada pelo relator desemaranhou os fatos, deles extraiu os delitos camuflados e tornou como que inexoráveis as condenações, até a semana passada, de 10 réus, entre eles o próprio Valério e o deputado petista João Paulo Cunha (ambos por peculato, lavagem de dinheiro e corrupção), configurando uma tendência que só deverá se consolidar no julgamento dos 11 políticos até então na fila de espera.

Dois outros fatos devem ter ajudado a pulverizar as ilusões petistas. Um, atingindo Dirceu em especial, é a opinião predominante na Corte de que, em um processo dessa natureza, a massa crítica de indícios pode fazer as vezes de evidência cabal para a condenação dos réus que exerciam funções públicas à época – além de não ser necessária a comprovação do chamado “ato de ofício”. Outro, o entendimento, expresso desde o início pela ministra Rosa Weber, de que as razões alegadas para a oferta e o recebimento de “vantagem indevida”, bem como o destino dado ao dinheiro ilícito pelos beneficiados, são irrelevantes em matéria de corrupção. Pouco importa, nessa ordem de ideias, por que o então presidente da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha, recebeu R\$ 50 mil do valerioduto e o que fez com o dinheiro. Do mesmo modo, pouco importa, a rigor, se o PT subornou parlamentares para que votassem com o governo em matérias de seu interesse direto ou se as somas distribuídas se destinavam a pagar por baixo dos panos dívidas de campanha dos aliados.

O essencial é a concatenação entre fins e meios. De um lado, o projeto petista de ocupação e permanência no poder. De outro, a decisão de recorrer à “tecnologia” de Marcos Valério que já servira ao PSDB em Minas Gerais. De um lado, o imperativo de proporcionar ao então recém-empossado presidente Lula maioria no Congresso. De outro, o arrebanhamento de políticos de diversos partidos para o lado do Planalto mediante a mais elementar das formas de persuasão conhecidas no ramo. Esse enredo, como antecipou o Estado, é a substância do parecer que o relator Barbosa começou a ler ontem, para respaldar o seu veredicto, tido como certo, pela condenação de Dirceu, do tesoureiro petista Delúbio Soares e do também então presidente da sigla, José Genoíno – os protagonistas centrais do “núcleo político” do mensalão.

Nesta fase, pesam contra o ex-ministro nove acusações de corrupção ativa, pela compra da fidelidade de deputados de cinco partidos. A pena prevista em cada caso varia de 2 a 12 anos de prisão. Ele ainda será julgado por formação de quadrilha.

Embora imateriais para o desfecho da ação penal, as revelações atribuídas a Valério – a quem o PT teria prometido adiar o julgamento – vão além do que consta nos autos. Teriam sido movimentados R\$ 350 milhões, duas vezes e meia além do que apurou o Ministério Público – o que só teria sido possível porque “Lula era o chefe”.

18 SET 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Executivo do Google obtém vitória judicial

O Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba (TRE-PB) suspendeu decisão da 17.^a Zona Eleitoral de Campina Grande que decretou a prisão do diretor do Google no Brasil, Edmundo Balthazar, sob acusação de crime de desobediência. O TRE-PB entendeu que Balthazar não poderia ser responsabilizado pela veiculação de um vídeo no YouTube que ridicularizaria o candidato a prefeito de Campina Grande Romero Rodrigues (PSDB).

PRESÍDIOS Lei cria sistema de execução de penas

A presidente Dilma Rousseff sancionou, na sexta-feira passada, a Lei 12.714/2012, que institui um sistema de acompanhamento de execução de penas, prisão cautelar e medidas de segurança. De acordo com o Ministério da Justiça, responsável pela elaboração da proposta, o objetivo é evitar a violação de direitos, como acontece com pessoas que ficam presas depois de já ter cumprido integralmente a pena.

18 SET 2012

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Elaboração do novo CPC é democrático, afirma Bruno Dantas

A elaboração do texto do novo Código de Processo Civil tem um caráter democrático como poucos outros textos legais vigentes no país. É o que afirmou o conselheiro Bruno Dantas, do Conselho Nacional de Justiça, durante o Fórum Brasileiro de Direito Processual Civil, encerrado na sexta-feira (14/9), em Brasília.

De acordo com Dantas, que integrou a comissão de juristas responsável pelo primeiro anteprojeto do novo código, foram realizadas mais de 50 audiências públicas pelo

Congresso Nacional para legitimar a participação social na redação do texto do CPC.

“O projeto do novo CPC vem sendo construído a muitas mãos. Ao longo dos últimos três anos, o texto recebeu contribuições de toda a sociedade, não só dos operadores do Direito. Além das audiências públicas, foram abertos canais de comunicação com a sociedade nos portais do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e do Ministério da Justiça”, afirmou.

Durante o Fórum Brasileiro de Direito Processual Civil, o conselheiro presidiu mesa em que foram debatidas sugestões de alteração do código, que serão encaminhadas ao relator-geral do CPC na Câmara, deputado Sérgio Barradas Carneiro. Participaram da mesa de Bruno Dantas os relatores do CPC no Senado e na Câmara, Valter Pereira e Sérgio Barradas Carneiro, respectivamente, além do secretário-geral do Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil, Marcus Vinicius Furtado Coelho.

Aviso prévio proporcional deve ser aplicado só após vigência de lei

O aviso prévio proporcional só pode ser aplicado após a vigência da lei que o regulamentou (12.506/2011). Assim decidiu o Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (São Paulo) ao julgar o caso de uma mulher que pedia “diferenças” relativas ao aviso prévio proporcional em seu contrato de trabalho, encerrado em julho de 2010, antes de a Lei 12.506 entrar em vigor.

Na reclamação trabalhista, a

autora argumentou que o direito ao aviso prévio proporcional está previsto na Constituição e que portanto deveria ter “eficácia imediata”. O argumento, porém, não foi aceito pela relatora do acórdão, desembargadora Jane Granzoto Torres da Silva. Em sua avaliação, o aviso prévio proporcional é um direito de segunda geração, isto é, um “preceito de eficácia limitada”, uma vez que sua aplicação dependeria

de uma norma regulamentadora. “Os efeitos dos preceitos de eficácia limitada concretizam-se de forma mediata, por dependerem de norma posterior que lhes desenvolva a aplicabilidade, propiciando o pleno exercício do direito ou da benesse consagrada pelo texto constitucional, ou seja, incidem sobre os interesses tutelados tão somente após a edição do regramento infraconstitucional”, explicou.

18 SET 2012

METRO

Joaquim Barbosa diz que mensalão existiu

● **Ministro aponta coincidências entre pagamentos para partidos aliados e votações importantes no Congresso**

O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Joaquim Barbosa afirmou que 'não há dúvidas' sobre a existência de esquema de compra de apoio político de parlamentares. O relator da ação penal do mensalão começou a apresentar ontem o voto e indicou que pedirá a condenação do 'núcleo político' da denúncia, formada por 23 réus, por corrupção ativa e passiva, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha cometida por integrantes do PP. O voto continuará sendo apresentado amanhã, quando deve ser conhecida a sentença.

No capítulo, são apontadas as condutas de 11 políti-

cos como o ex-ministro José Dirceu, citado como 'chefe da quadrilha' na denúncia, e parlamentares do PT, PL, PP, PTB e PMDB, que teriam recebido R\$ 55 milhões oriundos de empréstimos das agências de publicidade de Marcos Valério retirados dos Banco Rural e BMG.

Barbosa apontou que o ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares elaborou uma lista onde apontava os beneficiários formados por presidentes, vice-presidentes de diretórios partidários nacionais ou líderes de bancada na Câmara.

O elo das negociações teria sido feito por Marcos Valério. Os pagamentos, se-

gundo o relator, duraram dois anos a partir de fevereiro de 2003 usando pelo menos duas formas: saques no caixa ou repasse de cheques pela ex-diretora da SMP&B Simone Vasconcellos.

O ministro lembrou que a existência do esquema não era desconhecida. "Havia comentário sorrateiro", apontou citando o depoimento do então líder do governo na Câmara, deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP).

A maior evidência foi observada duas semanas antes e duas semanas após uma votação importante: os pagamentos que garantiram apoio na Reforma Tributária, com 170 votos, e na Re-

forma da Previdência, com 150 votos. "Fica comprovado que os parlamentares prestaram seu apoio ao PT após receberem dinheiro".



MARCELO FREITAS
METRO BRASÍLIA

A fatia

Esquema teria movimentado R\$ 55 milhões, divididos entre os partidos:

PT: R\$ 29 milhões
PL: R\$ 12 milhões
PP: R\$ 8 milhões
PTB: R\$ 4 milhões
PMDB: R\$ 2 milhões

18 SET 2012

METRO

MP acusa prefeito por cinco crimes

O MP-PR denunciou ontem ao TJ-PR o prefeito de Londrina, José Joaquim Martins Ribeiro, e o ex-prefeito Barbosa Neto por formação de quadrilha, fraude à licitação, corrupção passiva, peculato e lavagem de dinheiro.

De acordo com a denúncia, eles encabeçaram um esquema para superfaturar materiais escolares em troca de propina. O valor do desvio teria sido de R\$ 540 mil, diz o MP.

Ao todo 19 pessoas foram denunciadas - oito delas são funcionários públicos.

18 SET 2012

JORNAL DO ESTADO

LONDRINA

MP denuncia prefeito, ex e mais 17

O Ministério Público do Paraná apresentou ontem no Tribunal de Justiça do Paraná (TJ/PR), denúncia criminal contra o atual prefeito de Londrina, José Joaquim Martins Ribeiro (PSC), e o ex-prefeito, Barbosa Neto (PDT), por formação de quadrilha, fraude à licitação, corrupção passiva, peculato e lavagem de dinheiro. Outras 17 pessoas também foram denunciadas por um ou mais dos crimes citados e dos de falsidade ideológica e corrupção ativa. Ao todo, foram denunciados oito agentes públicos - ex-prefeito, prefeito e seis ex-secretários municipais - e 11 particulares.

Apesar de a investigação apontar para a possibilidade de valores mais elevados, a denúncia aponta que eles seriam responsáveis pelo desvio de R\$ 3,8 milhões em dinheiro e pagamentos de propinas no valor total de R\$ 540 mil. A acusação foi formulada pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaceo) e pela Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público, por delegação do procurador-geral de Justiça, já que envolve prefeito, situação cuja atribuição legal para processo na área penal é exclusiva do procurador-geral.

MÃO GRANDE

R\$ 3,8
MILHÕES

teriam sido desviados,
segundo o MP, pelo
esquema envolvendo
compra de uniformes
escolares pela
prefeitura de Londrina

EM BAIXA

O Ministério Público do Paraná protocolou denúncia criminal no Tribunal de Justiça do Paraná contra **O ATUAL PREFEITO DE LONDRINA, JOSÉ JOAQUIM MARTINS RIBEIRO** (ex-PSC, hoje sem partido), e contra o ex-prefeito Barbosa Neto (PDT). Eles são acusados por corrupção, formação de quadrilha, fraude à licitação, peculato e lavagem de dinheiro.

A denúncia envolve irregularidades em três procedimentos licitatórios, incluindo um de inexigibilidade de licitação, feitos pelo município em 2010, 2011 e 2012. Todos são relacionados à contratação para fornecimento de uniformes escolares, tênis e mochilas, para o qual foram contratadas as mesmas empresas, representadas pelos particulares denunciados. De acordo com a denúncia, os valores dos itens dos contratos teriam sido superestimados, a fim de promover desvio de recursos públicos em troca de propinas.

Crimes — Os crimes imputados em tese são para a maioria dos agentes públicos - inclusive o ex e o atual prefeito - de formação de quadrilha, corrupção passiva agravada, fraude à licitação, peculato e lavagem de dinheiro. Ao ex-prefeito foram imputadas seis corrupções passivas, dois peculatos, cinco lavagens de dinheiro e três fraudes à licitação, além da formação de quadrilha. Ao prefeito foram apontadas duas corrupções passivas, uma fraude à licitação, um peculato e uma lavagem de dinheiro, além da quadrilha. Para a maioria dos particulares, os crimes imputados são de formação de quadrilha, falsidade ideológica, corrupção ativa, fraude à licitação, peculato, e lavagem de dinheiro.

18 SET 2012

JORNAL DO ESTADO

JUSTIÇA

TRE revoga prisão de diretor do Google

O Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba (TRE-PB) suspendeu decisão do juiz da 17ª Zona Eleitoral de Campina Grande, Ruy Jander Teixeira, responsável pela propaganda de mídia e internet, que decretou a prisão do diretor do Google no Brasil, Edmundo Luiz Pinto Balthazar, sob acusação de crime de desobediência.

Relator do processo no TRE, o juiz Miguel de Britto Lyra Filho concedeu liminar em habeas corpus impetrado pelos advogados Leonardo Sica e Bruno Macellaro em favor de Balthazar. Britto Lyra entendeu que Balthazar não poderia ser responsabilizado penalmente pela veiculação de um vídeo no Youtube.

Na última sexta-feira, o juiz de Campina Grande determinou à Polícia Federal que prendesse Balthazar porque o Google não retirou do Youtube um vídeo que ridicularizaria o candidato a prefeito de Campina Grande pelo PSDB, Romero Rodrigues, chamado de burro numa montagem feita com o personagem Chaves, de uma série de TV mexicana. A montagem foi postada no site Humor Paraíba.

TRIBUNA DO PARANÁ

tribuninhas

Prefeito e empresários se complicam em Londrina

18 SET 2012

O prefeito de Londrina, José Joaquim Ribeiro (sem partido), o ex-prefeito Homero Barbosa Neto (PDT), cassado em julho pela Câmara, seis agentes públicos e um grupo de empresários foram denunciados ontem pelo Ministério Público ao Tribunal de Justiça sob acusação de montar esquema de superfaturamento na compra de uniformes para alunos das escolas municipais.

Segundo o promotor Cláudio Esteves, R\$ 3,8 milhões foram pagos de forma indevida às empresas fornecedoras dos uniformes. Em contrapartida, os empresários deram R\$ 540 mil como propina. Esse valor seria repartido entre secretários municipais, Barbosa Neto e Joaquim Ribeiro, à época prefeito e vice de Londrina. A denúncia do Ministério Público diz que ocorreram três fraudes em licitações, entre 2010 e 2012. "Montou-se verdadeira quadrilha, liderada pelo ex-prefeito Barbosa Neto", disse Esteves. Acusado de formação de quadrilha, fraude em licitação, peculato, corrupção passiva, falsidade ideológica e lavagem de dinheiro, com pena de reclusão que pode chegar a 186 anos, Barbosa Neto negou todas as acusações à polícia.

O advogado de José Joaquim Ribeiro foi procurado pela reportagem, mas, ao atender o telefone, disse que estava em reunião e não podia falar. Barbosa Neto teve o registro de sua candidatura a prefeito de Londrina deferido pelo TRE. Ele está em campanha e não foi localizado.

Mais vagas pra presos

O Governo do Estado prometeu abrir aproximadamente 2 mil vagas no sistema penitenciário até o fim do ano, para reduzir o número de detentos custodiados em cadeias. O compromisso do trabalho conjunto para esvaziamento de delegacias e transferência de presos foi firmado ontem durante reunião de secretários estaduais de diversas áreas no Palácio Iguazu.

Nos próximos dias serão abertas 500 vagas na Penitenciária Estadual de Cruzeiro do Oeste, no Noroeste do Estado. Outras 230 serão criadas na Colônia Penal Industrial de Maringá. Mais de 800 estarão disponíveis com a implantação de camas adicionais nas unidades prisionais.

Em dezembro de 2010, o número de presos em delegacias era superior a 16 mil. Segundo o Sistema de Informação de Penitenciárias, o número foi reduzido para 11,9 mil.

Condenação

O ministro Joaquim Barbosa afirmou ontem que o governo do ex-presidente Lula comprou votos de deputados e apoio de partidos para aprovar leis na Câmara dos Deputados. Relator do julgamento do mensalão, Barbosa indicou que condenará por corrupção passiva e lavagem de dinheiro todos os parlamentares e ex-deputados acusados de receberem recursos do esquema. Também indicou que vai considerar culpados os acusados de serem os corruptores da Câmara dos Deputados: o ex-ministro da Casa Civil José Dirceu, o ex-presidente do PT José Genoíno e o ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares.

Rigor

Por descuido do gabinete do ministro Joaquim Barbosa, o site do STF divulgou na sexta-feira as penas sugeridas pelo relator da ação penal do mensalão para parte dos réus condenados pelo crime de lavagem de dinheiro. A pena mais dura foi dada para Marcos Valério: 12 anos e sete meses de reclusão, além de 340 dias-multa, com cada dia-multa igual a 10 salários mínimos, o equivalente a mais de R\$ 2,1 milhões.

18 SET 2012

JORNAL DO ÔNIBUS

MP-PR denuncia Barbosa Neto e outros 18 em Londrina

O Ministério Público do Paraná ofereceu ontem denúncia criminal contra o atual prefeito de Londrina, José Joaquim Martins Ribeiro, e o ex-prefeito, Homero Barbosa Neto, por formação de quadrilha, fraude à licitação, corrupção passiva, peculato e lavagem de dinheiro. Outras 17 pessoas também foram denunciadas por um ou mais dos crimes citados e dos de falsidade ideológica e corrupção ativa. Ao todo, foram denunciados oito agentes públicos - ex-prefeito, prefeito e seis ex-secretários municipais - e 11 particulares.

Apesar de a investi-

gação apontar para a possibilidade de valores mais elevados, a denúncia imputa o peculato (desvio de dinheiro público) de R\$ 3,8 milhões e pagamentos de propinas no valor total de R\$ 540 mil.

A peça de acusação foi formulada pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) e pela Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público, por delegação do procurador-geral de Justiça, já que envolve prefeito, situação cuja atribuição legal para processo na área penal é exclusiva do procurador-geral.

NOTA POLITICA

Pupin indeferido

O ministro Marco Aurélio Mello, do Tribunal Superior Eleitoral, negou o recurso apresentado pela coligação "A mudança continua" e manteve indeferido o pedido de efeito suspensivo no registro da candidatura a prefeito de Carlos Roberto Pupin (PP). A decisão indeferindo o pedido de efeito suspensivo da decisão do TRE do Paraná é do último dia 12 e foi disponibilizada no site do TSE.

18 SET 2012

JORNAL DO ÔNIBUS

Tribunal autoriza mulher de Cachoeira a visitá-lo na prisão

A 3ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região decidiu ontem (17) derrubar a medida cautelar concedida pela Justiça Federal de Goiânia que proibia visitas de Andressa Mendonça ao

marido, Carlinhos Cachoeira, na prisão. Com a decisão, fica autorizado qualquer tipo de visita da mulher a Cachoeira, inclusive visita íntima. Em julho, Andressa Mendonça foi proibida

de visitar o marido e teve de pagar uma fiança de R\$ 100 mil para não ser presa. O motivo foi um suposto ato de chantagem que teria cometido contra o juiz federal Alderico da Rocha San-

tos. Ela teria procurado o juiz após uma audiência, em Goiânia, do processo da Operação Monte Carlo, que resultou na prisão de Cachoeira, pela Polícia Federal, em fevereiro.